

ENTRE O ENSINO E A ORDEM DO DISCURSO: FORMAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DE UM *ETHOS* NA FILOSOFIA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA. Artur Smoliak de Oliveira. UNESP - FFC, artur.smoliak@unesp.br

Resumo: Propõe-se investigar a consolidação de um modo de fazer filosofia no Brasil a partir das práticas de ensino e aprendizagem constituídas no interior da universidade. Parte-se da problematização do ensino de Filosofia como uma prática não neutra: durante a formação universitária, não se transmite apenas conteúdos consagrados pela tradição, interpretações de autores ou procedimentos de leitura e argumentação, mas também determinada relação com aquilo que pode ser reconhecido como filosófico. Nesse sentido, a hipótese defendida é que a formação universitária participa da constituição de um *ethos* filosófico, entendido como um conjunto de disposições, práticas e critérios de legitimidade que orientam o estudante acerca de como ler, falar, escrever, pesquisar e, posteriormente, ensinar Filosofia. Mais do que formar para o domínio de determinados conteúdos, esse processo contribui para constituir uma determinada figura do sujeito filosoficamente autorizado e, conseqüentemente, para delimitar modos legítimos de fazer filosofia. A análise parte de uma experiência situada e articula relatos de formação, documentos curriculares e práticas de ensino, buscando compreender de que maneira esse *ethos* acadêmico se inscreve na constituição histórica da filosofia universitária brasileira. Não se pretende, entretanto, reduzir a filosofia realizada no Brasil a uma única tradição, mas investigar como determinados procedimentos historicamente constituídos passaram a funcionar como critérios de pertencimento, reconhecimento e autorização do discurso filosófico. Para problematizar esse processo formativo, mobilizam-se algumas ferramentas conceituais de Michel Foucault, especialmente suas reflexões acerca da ordem do discurso, que permitem interrogar os mecanismos pelos quais determinadas posições de fala e formas de relação com a Filosofia adquirem legitimidade. Em diálogo com Pierre Bourdieu, busca-se compreender como essas práticas podem ser incorporadas como disposições duráveis, constituindo um *habitus* acadêmico. Já as reflexões de Paulo Arantes, Oswaldo Porchat, Lídia Maria Rodrigo, Mário Porta, entre outros, permitem situar o problema no contexto da filosofia universitária brasileira, particularmente no que diz respeito à centralidade assumida pela leitura, pelo comentário e pela reconstrução da tradição. O texto filosófico, nesse contexto, não constitui em si mesmo o problema; a questão reside no modo como determinadas formas de relação com ele passam a funcionar como critérios de reconhecimento e legitimação da própria atividade filosófica. Sustenta-se, assim, que o ensino superior de Filosofia não constitui apenas um espaço de transmissão da filosofia produzida, mas participa da constituição das próprias condições a partir das quais algo pode ser reconhecido como filosofia (discurso como criação). Ao ensinar autores, conteúdos e procedimentos, a universidade transmite também modos de se relacionar com o discurso filosófico, contribuindo para a formação de sujeitos que incorporam, reproduzem e, eventualmente, tensionam seus critérios de legitimidade. Desse modo, propõe-se interrogar a filosofia realizada no Brasil não apenas a partir das obras e ideias aqui produzidas, mas também das práticas formativas que historicamente contribuíram para constituir determinadas concepções de filosofia, de filosofar e do próprio filósofo.

Palavras-chave: Filosofia do ensino de Filosofia, Filosofia acadêmica, Ordem do discurso, *Habitus* acadêmico.